



UEPB

Universidade
Estadual da Paraíba

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

Elizabete Bezerra Pedroza

**A Participação da Mulher:
contra a Ditadura Militar na Paraíba e em Campina Grande
(1964-1985)**

**Campina Grande - PB
2016**

ELIZABETE BEZERRA PEDROZA

**A Participação da Mulher:
Contra a Ditadura Militar na Paraíba e em Campina Grande
(1964 – 1985)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Graduação em História da Universidade Estadual d Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de licenciatura em História.

Orientador: Prof. Ms. Roberto Silva Muniz

**Campina Grande - PB
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

P372p Pedroza, Elizabete Bezerra
A participação da mulher [manuscrito] : contra a ditadura militar na Paraíba e em Campina Grande (1964-1985) / Elizabete Bezerra Pedroza. - 2016.
24 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.
"Orientação: Prof. Me. Roberto Silva Muniz, Departamento de História".

1. Mulher 2. Ditadura Militar 3. Paraíba 4. Campina Grande
I. Título.

21. ed. CDD 305.4

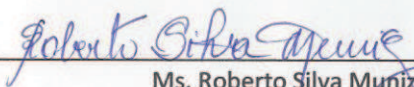
ELIZABETE BEZERRA PEDROZA

**A Participação da Mulher:
Contra a Ditadura Militar na Paraíba e em Campina Grande**

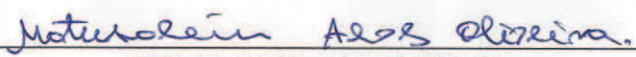
Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Graduação em História da Universidade Estadual d Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de licenciatura em História.

Aprovada 31 / 05 / 2016.

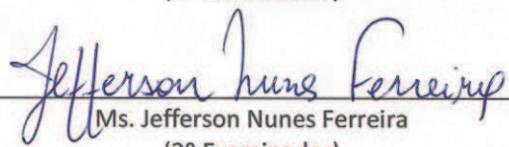
Banca Examinadora:



Ms. Roberto Silva Muniz
(Orientador)



Drº. Matusalém Alves de Oliveira
(1º Examinador)



Ms. Jefferson Nunes Ferreira
(2º Examinador)

RESUMO

O objetivo desse artigo é investigar a atuação de algumas mulheres na luta contra a ditadura civil - militar no Brasil, especificamente na Paraíba e na cidade de Campina Grande no período de 1964-1985. Num período em que a atuação feminina no campo político era bastante restrita, analisar a participação da mulher na luta contra a ditadura militar poderia vir a ser um trabalho um tanto árduo, principalmente no que diz respeito à Paraíba e a Campina Grande, constatando que a sociedade existente na época era bastante patriarcal e conservadora e os atributos femininos resumiam-se basicamente aos afazeres domésticos, isso é, casar e ter filhos. Entretanto o que constatei é que a participação da mulher na luta contra esse regime ditatorial não foi tão sem importância assim como podem pressupor e o que ficou evidenciado é que muitas delas fizeram parte da luta armada sim e em especial a Paraíba como em Campina Grande a participação da mulher foi bastante significativa. Relatei como foi ser mulher e militante na Paraíba e especificamente em Campina Grande. O que faziam, como viviam, e o que achavam do atual momento em que o Brasil se encontrava. Ao ler tal estudo muitos podem fazer o seguinte questionamento: quais as razões que levaram tais mulheres a fazerem parte desse movimento? O que as moviam? Essas mulheres lutavam contra um governo, ditador e arbitrário, queriam a redemocratização do país e outras simplesmente almejaram melhorias para seus familiares, companheiros e companheiro de trabalho com a utopia de uma sociedade igualitária.

Palavras – chave: Ditadura militar – Mulher – Paraíba - Campina Grande

INTRODUÇÃO

Ao dar início esse artigo, quero enfatizar que a escolha do tema 'A Mulher na Ditadura civil-militar na Paraíba e em Campina Grande' se deu por conta dos cinquenta anos de Ditadura Militar no Brasil, completados em 31 de março de 2014.

A maioria das mulheres que fizeram parte da luta contra a ditadura militar eram jovens estudantes de idade entre 17 e 24 anos, e o engajamento das mesmas se deu em movimentos sociais como: estudantis, religiosos, sindicatos, clubes de mães. Tinham como projetos a transformação da sociedade pela instauração da justiça social, mas também ocorreram à participação de mulheres do campo que pelejavam pela reforma agrária e sua luta não era apenas contra a ditadura, mas também contra o latifúndio.

A atuação da mulher na luta contra a ditadura militar não deixa de ser também um rompimento da mesma com o estereótipo da mulher da época, que tinha seu espaço restrito ao espaço privado e doméstico do lar. Por isso não se pode negar a influência do feminismo na participação da mulher contra esse regime, mas não devemos afirmar que todas aderiram a esse movimento, pois apenas no final da década de 70 com a anistia é que o mesmo tomou força no país, precisamente em 1975, ano que foi intitulado o ano internacional da mulher.

Por isso, nem toda militante buscava a união dos sexos, principalmente as mais humildes, elas apenas, desejavam uma sociedade mais justa para sua família.

Aqui no estado da Paraíba na década de sessenta até início de oitenta viveu-se um período de mudanças, a segunda onda feminista que aflorara no país em 1960 também chegara à Paraíba e especificamente na zona urbana do estado, (Campina Grande) causando mudanças no comportamento das mulheres e na sociedade no geral, diferente da primeira onda feminista que lutava pelos direitos políticos das mulheres a segunda onda feminista lutava pela igualdade dos sexos e o fim da opressão feminina e muitas mulheres e também homens aderiram a essa causa.

A MULHER E A DITADURA MILITAR NA PARAÍBA

A Paraíba no ano de 1964 viveu momentos conturbados. O estado na época era governado por Pedro Moreno Gondim que era adepto das idéias da esquerda e se dizia defensor das Ligas Camponesas e a favor da sua legitimidade, rejeitava qualquer tipo de repressão e violência. Entretanto, sua postura é modificada com o golpe de 64 e para garantir sua sobrevivência política e temendo por sua integridade física, já que governadores nordestinos foram cassados e presos a exemplo de Miguel Arraes, Pedro Gondim optou por apoiar os militares passando a tomar medidas extremas como foi o episódio¹ em Mari, (município localizado na microrregião de Sapé no estado da Paraíba), que resultou na morte de quatro camponeses durante emboscada de líderes de latifúndio enquanto trabalhavam numa área rural. Ao tomar atitudes repressivas contra os camponeses, que resultou no completo aniquilamento das Ligas Camponesas, Gondim encerra seu mandato em 1966 com muitas atitudes arbitrárias.

Vamos agora conhecer a história de luta de algumas mulheres paraibanas e campinenses que fizeram parte desse acontecimento político brasileiro.

MULHERES REVOLUCIONÁRIAS
ELIZABETH TEIXEIRA



CELEBRAÇÃO DOS SEUS NOVENTA ANOS.

Relatando histórias de vida de mulheres paraibanas iniciaremos falando de Elizabeth Teixeira através do filme *Cabra² marcado para morrer* (transformou-se em memória em 1984 e foi lançado em 1985). Paraibana nascida em Sapé no dia 13 de fevereiro de 1925. Nesse filme fica evidenciado a insatisfação do povo do campo com a vida miserável que levavam.

A idéia do filme nasceu em 1962 após curta entrevista com Elizabeth Teixeira, a nossa figura central, a mesma era viúva de João Pedro Teixeira, assassinado em Sapé em 02 de abril do mesmo ano aos 44 anos, era em Sapé onde existia a maior liga de camponeses do nordeste no qual João Pedro era líder, porém só dois anos depois iniciaram-se as gravações do curta metragem que teriam como atores pessoas que participaram dos conflitos como ³Elizabeth e seus filhos, seria gravado no próprio local com os personagens originais da trama, mas por conta de um confronto entre camponeses e donos de usinas, que deixou um saldo de onze mortos, o local foi dominado pela polícia militar da Paraíba e as filmagens foram transferidas para o estado de Pernambuco no engenho Galiléia, município de Vitória de Santo Antão a 50 km de Recife, local onde havia nascido a primeira liga camponesa em 1955, tendo apenas como ator original a participação de Elizabeth Teixeira, onde sua gravação foi interrompida

COUTINHO Eduardo, **Cabra Marcado para Morrer.**

novamente após 35 dias de filmagens em primeiro de abril com o golpe de 64, sendo retomada, apenas dezessete anos depois em forma de documentário.

Na época a intenção do ⁴filme, Cabra marcado para morrer era para relatar a história de João Pedro Teixeira, homem simples, semi-analfabeto, cansado das injustiças cometidas pelos donos das terras, resolve lutar por seus direitos e dos seus companheiros e nessa luta protestavam contra o aumento do foro, (o pagamento do aluguel das terras para trabalharem) trabalho obrigatório sem pagamento, uso da violência pelos grandes proprietários, despejo sem indenização e principalmente pela reforma agrária, para isso, João Pedro conseguiu a unidade dos camponeses na região, despertando a ira dos latifundiários que mandaram executá-lo ficando esse crime na impunidade.

Elizabeth Teixeira casou-se com João Pedro Teixeira em 1942 e com ele teve onze filhos, o casamento ocorreu contra a vontade de seu pai, com isso tiveram que fugir para o engenho Maçangana em Santa Rita onde João Pedro passou a trabalhar na pedreira desse engenho, em 1945 mudou-se para cavalheira, município de Jaboatão onde ele iniciou sua luta revolucionária, por falta de trabalho retornaram a Paraíba e passaram a morar num pequeno sítio do pai de Elizabeth.

João Pedro então ajuda a fundar a Liga Camponesa em Sapé tornando-se presidente, mas após desentendimento entre seu pai e seu marido o sítio em que moravam foi vendido e João Pedro, Elizabeth e a família deveriam mudar-se, porém João Pedro recusava-se a sair alegando ter direito a indenização por conta das melhorias que havia feito na propriedade, no entanto em dois de abril de 1962, João Pedro foi assassinado e em dois de maio do mesmo ano Elizabeth viajou ao Rio de Janeiro e a Brasília com o apoio de políticos engajados na causa da reforma agrária para protestar pela morte do marido, contudo retornou com a decisão de substituí-lo na Liga Camponesa.

Elizabeth desejava dar prosseguimento com a luta do seu marido e dos companheiros de causa, ela participou então de comícios, passeatas, mas quando estourou o golpe foi impedida de continuar com seus projetos e dois meses após estar refugiada em casa de amigos em Pernambuco Elizabeth resolveu se entregar, foi acusada de participação de invasões de terras sendo solta após quatro meses indo residir nas terras de seu pai, as perseguições prosseguiram e novamente teve sua prisão ⁵decretada, onde temendo por sua segurança resolveu fugir para uma cidadezinha de nome São Rafael com menos de 3.000 habitantes no

⁴Idem, ibidem

estado do Rio Grande do Norte,⁶ mudando seu nome para Marta Maria da Costa, onde viveu por 16 anos com Abraão um dos seus onze filhos.

Elizabete Teixeira perdeu contato com o restante dos filhos, onde os mesmos, foram separados e criados alguns por seus pais e outros por seus irmãos, chegou a perder três filhos em consequência desses conflitos, sendo os mesmos as maiores vítimas dessa luta desigual e covarde contra o homem do campo.

Durante os 16 anos em que esteve refugiada em São Rafael no Rio Grande do Norte, alfabetizou crianças apesar de só ter estudado até a segunda série primária, também realizou trabalhos domésticos para sobreviver, viveu na clandestinidade até 1981 e logo depois foi morar em Patos com dois de seus oito filhos vivos, as tentativas de rever alguns de seus filhos após a anistia foram frustradas, pois à distância e o tempo os haviam separados, a relação entre os irmãos também foi prejudicada, foram separados após a morte do pai e a prisão e fuga da mãe, os laços foram desfeitos. Os traumas, as mágoas são muitas, as tragédias também, a filha mais velha suicidou-se após morte do pai e prisão da mãe, dois foram assassinados por conta de terras e outros tiveram que lutar pela sua sobrevivência enfrentando as maiores adversidades.

Atualmente a agricultora e ativista Elizabeth Altino Teixeira mora em João Pessoa, em casa comprada por Eduardo Coutinho, foi indenizada pela anistia e dividiu o dinheiro com os filhos, se encontra atualmente com noventa anos, com o mesmo espírito revolucionário diz não ter desistido de ver a reforma acontecer como era desejo do seu marido João Pedro.

MARGARIDA MARIA ALVES (Reprodução/ Agência Brasil)



A repórter da agência Brasil Luana Lourenço escreveu as seguintes frases dita por ⁷Margarida Alves três meses antes da sua morte no dia 1 de maio (dia do trabalhador) em um discurso de comemoração: “Era melhor morrer na luta do que de fome” e “Da luta eu não fujo,”

Margarida Maria Alves, nascida em Alagoa Grande na Paraíba em 05 de agosto de 1933, foi assassinada em 12 de agosto de 1983 quando acabara de fazer 50 anos, casada e mãe de um filho, era pessoa simples, semi-analfabeta. Margarida foi à precursora feminina na Paraíba na defesa dos direitos dos trabalhadores do campo. Presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande em 1973 (plena ditadura militar) lutava pelos direitos básicos dos trabalhadores rurais em Alagoa Grande, como carteira de trabalho assinada, décimo terceiro salário, jornada de trabalho de oito horas e férias e tinha muitas ações na justiça contra donos de fazenda e a favor dos trabalhadores rurais.

Por conta da sua luta em defesa dos trabalhadores recebia muitas ameaças que não hesitava em torná-las pública. No entanto essa sua atuação como sindicalista entrou em conflito com alguns usineiros e fazendeiros entre eles o proprietário da usina Tanques, Aginaldo Veloso Borges líder do chamado “grupo da Várzea,” no qual o gerente, seu genro, José Buarque de Gusmão Neto “Zito Buarque” foi acusado de ser o mandante para execução da mesma, ficando esse crime, apesar da grande repercussão nacional e

Luana Lourenço repórter da Agência Brasil.

internacional na impunidade. Mulher destemida, sua morte causou grande comoção, principalmente por conta da violência extrema a que a mesma foi submetida, a sindicalista teve o rosto completamente desfigurado por conta de um tiro na porta da sua residência na frente de seus familiares.

A comoção que gerou sua morte, principalmente entre os mais simples foi o fato da dedicação e coragem de Margarida em enfrentar os latifundiários da região, sem temer pela sua vida, não conseguia calar diante das injustiças e pagou um preço alto por isso.

Em homenagem a Margarida Alves foi criada em 2000 a “Marcha das Margaridas” organizada pela Contag e pela CUT que é realizada de quatro em quatro anos em Brasília, nos dias 11 e 12 de agosto dia do seu assassinato, conta com a presença de mais de 50.000 mulheres que, em marcha percorrem as ruas, em favor da luta das mulheres do campo. A primeira marcha realizada foi em 2000 e entre várias reivindicações destaca-se a luta pela reforma agrária e o fim da violência doméstica.

Desejo relatar agora sobre a atuação de uma mulher especial que, apesar de não ser paraibana e sim pernambucana, sua história de vida merece destaque. Essa mulher é Alexina Lins Crespo de Paula, primeira esposa de Francisco Julião Arruda de Paula que dedicou sua vida aos pobres do campo, foi dirigente das ligas camponesas nos anos 50 até meados dos anos 60 e representante oficial das Ligas Camponesas brasileiras na Reunião da Tricontinental realizada em Havana, no verão de 1967. Através de documentários como ⁸Memórias do exílio de Stela Maris e Memórias Clandestinas de Maria Thereza Azevedo, podemos conhecer um pouco da sua história de mulher engajada na luta camponesa, Alexina foi dirigente das Ligas Camponesas no Nordeste, que teve início em Pernambuco nos anos 50 e até meados da década de 60, precisamente em 1964, quando teve início no Brasil a ditadura militar e para não ser presa ou assassinada teve que se exilar em Cuba.

Defensora da luta armada em prol de reforma agrária, Alexina também foi militante do Partido Comunista do Brasil (PCB), foi casada com o militante e deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) Francisco Julião com quem teve quatro filhos e dedicou parte de sua vida a luta dos pobres no campo.

A diretora do documentário afirma que ficou impressionada com a história de vida daquela mulher e do seu preparo. “Alexina teve treinamento de guerrilha em Cuba, aprendeu a montar e desmontar armas virou uma espécie de ‘relações internacionais das ligas’. Viajou a vários países, como a China, onde tomou chá com Mao Tse Tung.” A militante escreveu uma

carta para Fidel Castro aos 84 anos, onde falava no grande amor que tinha pela vida e da frustração por não ter conseguido ter feito a revolução pela reforma agrária acontecer. Alexina morreu aos 87 anos sem ver o sonho da reforma agrária ser realizado.

Agora destacamos nomes de outras mulheres que se insurgiram contra a ditadura civil-militar na Paraíba. São elas:

Cândida Magalhães Participou dos primeiros movimentos feministas, foi presa durante a ditadura e trabalha (ou) na Secretaria de Política para Mulheres da Paraíba.

Lourdes Meira ligada ao PC do B, também lutou contra a ditadura e hoje faz parte da União Brasileira de Mulheres e é uma das coordenadoras do Fórum das Mulheres da Paraíba.

Maria do Carmo Aquino também conhecida como Maria Cuba, criou a Liga Camponesa de Guarabira e foi Presidente da Associação da Ligas Camponesas do Brejo, exilou-se e só voltou ao Brasil pós –anistia.

Valéria Resende, freira que abrigou e refugiou militantes perseguidos pela ditadura na cidade de Guarabira.

Isabel Cavalcante⁹, advogada que defendeu os trabalhadores rurais frente aos latifundiários. Conduzida ao DOPS de Recife várias vezes, ainda nos anos da ditadura civil-militar criou o Centro de Direitos Humanos da cidade de Guarulhos.

Maria Penha do Nascimento Silva, líder sindical que junto com Margarida Maria Alves lutou pelas impunidades e restrições dos direitos trabalhistas dos camponeses. Após o assassinato de Margarida, Penha deu continuidade ao trabalho. Morreu no mesmo acidente que vitimou a feminista Elizabeth Lobo, em março de 1991, alguns dias antes de testemunhar no inquérito no inquérito que investigava a morte de Margarida Maria Alves.

Maria da Soledade Leite, camponesa - repentista que atuou na liga Camponesa de Mulheres com Margarida Alves e Maria da Penha. Os repentes de Maria Soledade são marcados pelo envolvimento social e político, especialmente a luta pela terra e o feminismo.

Luzia Soares Ferreira é atual Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande/PB, trabalhou com Penha e atualmente coordena, na cidade onde mora, uma rede de Letramento de Jovens e Adultos.

Maria das Neves Moura do Nascimento – mais conhecida como dona Lia – agricultora que fundou o STRR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Riachão/PB) e a Associação de Mulheres.

A MULHER E A DITADURA MILITAR EM CAMPINA GRANDE

Campina Grande no ano de 1964¹⁰ festejava o seu centenário de emancipação política, pois em 1864 a mesma deixara de ser vila sendo elevada a condição de cidade, seria esse um ano de muitos festejos, Campina Grande tinha como prefeito Newton Rique, que teve seu mandato cassado pelos militares por apoiar as idéias de esquerda.

Fazendo uma breve ressalva sobre a historiografia feminina destacamos que a mesma está interligada ao feminismo, especificamente a segunda onda feminista a partir da década de sessenta, porém foi na década de setenta e oitenta que tudo se concretizou, a mulher intensificou sua inserção no mercado de trabalho e nas universidades, passando a produzir, outra conquista foi o surgimento da pílula anticoncepcional que causou uma grande revolução os hábitos sexuais e trouxe mais liberdade para a mulher.

O livro que tem o seguinte capítulo: Sem Lenço e Sem Documento Mulheres de 60, Filhas De Um Novo Tempo? ¹¹ A autora passa a limpo a atuação de algumas mulheres em Campina grande na ditadura militar.

Segundo Salva a educadora Salete Van der Poel (campinense), mulher que rompeu o padrão comportamental da cidade de Campina Grande na década de 60, na qual a mulher era preparada para casar e ter filhos, a mesma relata que sofreu juntamente com suas colegas discriminações por seu comportamento tido como liberal para uma sociedade muito tradicional, composta de homens e mulheres muito retrógrados e preconceituosos. Vistas por homens e principalmente por mulheres consideradas “corretas e pacatas” como “transgressoras, desordeiras e comunistas” Salete e suas colegas Isa Guerra e ¹²Ophélia Amorim romperam o padrão comportamental da época, (patriarcal e conservador onde a mulher era educada para casar e ter filhos) por seu comportamento liberal.

Nós éramos as três moças consideradas avançadas e comunistas. Até a nossa maneira de se vestir era considerada provocante. Nós viajávamos sozinhas, íamos para Recife nos finais de semana. O ponto de encontro dos esquerdistas de Campina Grande, João Pessoa e Recife era a boite Rosa Amarela em Recife. Politicamente e economicamente eu era independente, só não era emancipada do ponto de vista sexual. Nós três achávamos o casamento fora de moda, mas por conta dos padrões da família. Ophélia fez um casamento muito pomposo. Isa casou no exílio, o meu foi muito simples, era uma coisa necessária por conta da época em que vivíamos. Em 1968 casar com um ex padre foi revolucionário. Ele era conhecido como padre e

comunista, ele era avançadíssimo. Foi um escândalo, o chavão resultante desse casamento e das fofocas da cidade foi: ‘‘a moça comunista arranjou um padre comunista.’’¹³

Além da rejeição social por seus jeitos ‘‘extrovertidos’’ de serem, essas mulheres também tiveram que enfrentar a perseguição por conta da ditadura político- institucional e foram presas, vítimas de torturas físicas e psicológicas.

Eu fui presa 17 vezes, em Campina Grande e no 15-RI em Cruz das Armas, nas últimas vezes em Recife na QG da 13 de Maio. O meu advogado foi Antonio de Brito Lira, que foi o defensor de Miguel Arraes e de Paulo Freire, era considerado o melhor advogado do Brasil nessa questão de presos políticos. Eu nunca fui torturada fisicamente, Ophélia Amorim foi, ela nem quer falar sobre isso hoje, eu fui torturada psicologicamente, aqueles depoimentos de várias horas, com as luzes acesa em cima de você, chega um momento que você não sabe mais o que está dizendo. Respondi a três IPMs, um sobre a CEPLAR (Campanha de Educação Popular), outro porque era militante da AP, e outro porque tive participação direta nas Ligas Camponesas. Depois da primeira prisão 02/04/64, abri um colégio com Eneida Agra minha Irmã, e a noite ensinava em outra escola pelo método Paulo freire. Daí criaram pra mim o seguinte rótulo: uma das diretoras do colégio N. Sra Da Salete é como uma melancia, verde por fora e vermelha por dentro. Muitos alunos saíram da escola por isso. Eu era dono de um colégio burguês, de filhos de burgueses, mas a minha militância política era comunista, participei da EJC ((Juventude Estudantil Católica), da JUC (Juventude Universitária Católica) e da AP (Ação Popular). Nós vendíamos o Jornal Brasil Urgente de esquerda, quem mais vendia era eu. Escrevi vários artigos políticos para o Jornal A Centelha, artigos estes que eram muito avançados para a época e considerados comunistas, é tanto que eu os vi colecionados no Exército.¹⁴

Salete ao contrário de muitas mulheres da sua época ‘‘ordeira, pacata e moralista’’ faz questão de destacar seu jeito desordeiro, rebelde e esquerdo de ser e a sua subjetividade feminina que é até hoje pautada nas suas crenças socialistas, feministas e esquerdistas, sempre com a convicção que é socialista de esquerda, com compromisso com os excluídos. Abandonou a militância em 1979, por se recusar como boa rebelde que sempre foi ao autoritarismo do movimento de esquerda do qual fazia parte.

Ophélia Amorim é uma advogada paraibana que trabalhou na Superintendência da Reforma Agrária e participou da Liga Camponesa de Sapé, atualmente reside no interior de São Paulo, lutou em defesa dos direitos trabalhistas, contra os abusos, que se intensificaram com o golpe civil militar.

MAURA PIRES E SUAS MEMÓRIAS

*Filha de Severino e Gina
Sob a luz, a boa aura
Irmã de Lourdes e Geraldo,
De Marluce e não tem Laura
Tem Gilberto, tem Socorro
Nasce a distinta Maura¹⁵.*

2001. Depois de décadas, através de um relatório que foi enviado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, as memórias da professora Maura Pires Ramos rompem o silêncio, e dessa forma temos acesso há um pouco da sua trajetória dos anos que ela lutou contra o golpe e por consequência ao regime militar.

Segundo o depoimento da professora Maura Pires temos acesso as seguintes informações: Em 1967 iniciou curso de Letras na Universidade Regional do Nordeste – Campina Grande, hoje Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Era participante ativa do Movimento Estudantil¹⁶ e pertencia a uma organização de esquerda – Ação Popular que posteriormente incorporou-se ao Partido Comunista do Brasil – PC do B.

Em 1968 sendo eleita por maioria absoluta presidente do Diretório Acadêmico e indicada para representar a Faculdade de Filosofia – no congresso da UNE, que seria realizado em Ibiúna – SP.

No dia 12 de outubro de 1968, foi presa com todos os participantes do congresso e conduzida para o Presídio Tiradentes- São Paulo, onde ficou encarcerada por vários dias, em condições aflitivas. Superlotação da cela; falta de higiene; alimentação precária; inexistência de leitos, pois dormia no assoalho frio e úmido, sem cobertor.

Em 1969 foi destituída Do cargo de Presidente do Diretório Acadêmico, com base no Decreto No. 28 de fevereiro de 1967, onde teve a matrícula cancelada pelo prazo de dois anos, pelo Conselho Didático da Fundação Universidade Regional do Nordeste, fundamentado em informações de

No meado do mês de abril de 1971, foi convidada a retornar à Faculdade, quando as aulas já haviam se iniciado há quase dois meses. A partir daí passou a ser discriminada e excluída dos grupos de estudos, pois todos estavam por demais assustados e temerosos.

ORÓS, JOSAFÁ A **PRINCESA E O PRÍNCIPE**: Maura pires Ramos Uma história de abnegação e amor! Campina Grande: Sem Editora, 2012.

Quase todos os estudantes que foram perseguidos como ela, mudaram – se para outras cidade como ela mesma conta “... *eu fiquei. Eu tinha um trabalho, um projeto – uma escola...*”

Sua situação era bem particular, pois chamava atenção dos órgãos da repressão uma vez que antes de ser estudante universitária ela era, há vários anos, uma profissional. Havia fundado com sua mãe que era professora uma Escola Primária, logo que concluiu o Magistério de Nível Médio. Essa escola, que mantinha por ideal e por vocação era também a fonte de renda que tinha para a sua sobrevivência.

Com os problemas que vinha enfrentando, a escola passou a ser o alvo das atenções dos repressores: por telefone ameaçavam explodi-la com bombas; era constantemente vigiada por pessoas não identificadas e suspeitas que fixaram residência em suas imediações, anotando as placas dos carros que estacionavam em sua porta, geralmente de pais de alunos; observavam a entrada e saída das pessoas; averiguavam o que estava ocorrendo quando atividades noturnas, como os Encontros de Pais e Mestres eram realizados. Suspeitavam de tudo

No dia 29 de abril de 1974, quando saía do trabalho para casa, ao meio dia, foi seqüestrada bem próximo da sua residência, por elementos que se diziam da Polícia, que lhe transportaram, algemada e encapuzada, numa Kombi, para um local Federal nunca identificado por ela. Tudo indicava tratar-se de uma granja, pois ouvia o cacarejo das galinhas, o canto dos galos e de outras aves.

Neste local, serraram com serra elétrica as algemas que lhe prendiam os seus braços e os amarraram com cordões. Ainda de olhos vendados a obrigaram a ficar de joelhos, dando início a sessão de tortura:

“bateram-me, deram-lhe os famosos “telefones,” interrogando-me com insultos e gritos. Um verdadeiro terror! Depois, obrigaram-me a me despir e aplicaram choques elétricos nos meus seios, orelhas e rins, sempre fazendo as mais infames ameaças.”¹⁷

Não teve idéia do tempo que durou esse tormento. Creio que a tarde toda. Depois foi conduzida ainda encapuzada e com outras algemas, para o interior de um transporte sem bancos, juntamente com outras pessoas que lá se encontravam nas mesmas circunstâncias e que identificou, depois, tratar-se da Professora Dilza Rodrigues de França, que na época lecionava na Escola Pequeno Príncipe, dirigida pela Professora Maura; Roberto Carlos

Cantalice, estudante secundarista que vinha ao meu lado na hora do seqüestro e a Professora Josélia Ramos wallen, da Rede Pública de Ensino. Colocaram-lhes no assoalho do carro, empilhados e cobertos como uma carga. Viajaram por muitas horas sem saber aonde iam. Supunha que iriam lhes matar em algum trecho do percurso. Entretanto, chegaram ao destino que lhes reservaram. Ficou sabendo algum tempo depois, tratar-se do DÓI-CODI do quarto Exército- Recife- Pe, onde ficou em uma cela sofrendo maus tratos físicos e torturas psicológicas, em interrogatórios constantes, durante doze dias. Como doeu.

- dormir no chão;
- ficar sem comida e sem água;
- ser privada de banho
- permanecer com a mesma roupa dias durante vários dias
- ver presos políticos passarem ensangüentados após um interrogatório;
- ser a qualquer chamada a qualquer hora do dia ou da noite para ser interrogada, às vezes de joelhos;
- ser pressionada sob ameaça a assinar uma folha de papel em branco onde iriam escrever uma suposta declaração minha, de forma que lhe conviesse;
- preocupação constante com minha escola, funcionários e pais, com os meus alunos, com a minha família, com a minha mãe, principalmente com os meus compromissos, com a minha vida, com o meu futuro....como doeu!¹⁸

Depois dessas agressões, Maura Pires foi trazida de volta, numa viagem aterradora. O motorista conduzia uma arma de fogo no banco do carro, entre ela e ele. Ouvia atrás dela a voz do algoz que a torturava a cada tentativa sua para identifica – lo cobria o rosto, mas não parava de falar. Era um suplício. Estava certa que iriam lhe matar. A mantiveram com uma venda de borracha nos olhos durante alguns trechos do percurso e em outras era orientada a retirá-la.

Em determinado momento da viagem recebi ordens para me baixar e permanecer então com os olhos vendados. Pararam o transporte em que vinham e se afastaram. Começou então a ouvir ruídos de instrumentos como pás cavando a terra. Afora esse barulho, o silêncio era sepulcral. Fiquei certa que estavam preparando a minha sepultura e que iriam me eliminar ali mesmo. Estava apavorada, mas continuava em total silêncio. Depois de um bom tempo voltaram a seus lugares e prosseguiram a viagem. Até hoje fico com dúvidas se o que ocorreu foi um incidente ou uma encenação para submetê-la a mais uma tortura. De qualquer forma sofreu toda a sensação que se poderia sofrer com a aproximação da morte a ocorrer nessas circunstâncias. Foi na realidade um grande suplício.¹⁹

Depois dos horrores da viagem Foi literalmente ‘‘largada’’ num bairro distante da sua residência, em situação precária: roupa suja, despenteada e sem dinheiro para o transporte.

Estava apavorada, mas controlando-se com muito esforço para manter o seu equilíbrio psicológico e a sua dignidade.

Chegou em casa no “Dia das Mães.” Foi uma grande comoção para todos. sua mãe, que estava profundamente abalada, havia reunido todas as suas forças e redigido cartas para as principais autoridades da Cidade e do Estado, narrando o seu desaparecimento e solicitando providências. Quando chegou, ela estava apresentando essas correspondências a um amigo e vizinho para que ele as endereçasse. As cartas não foram enviadas. Não foi mais necessário.

Além de sua mãe, estavam morando temporariamente com ela uma irmã e seus quatro filhos: dois adolescentes e duas crianças que participaram juntamente com os adultos de todo o sofrimento que lhe impingiram.

“Foi muito traumático para eles que estavam enfrentando, no momento, a ausência temporária do pai e que contavam com o apoio e a segurança da nossa companhia. Ainda hoje lamento o que passaram.”²⁰

Durante o tempo em que esteve presa, policiais estiveram sua casa, à noite, invadiram seus aposentos, abriram armários e gavetas de onde retiraram e levaram papeis, revistas e alguns livros alegando tratar-se de material subversivo.

Foram dias, meses e anos de muito sofrimento para todos, além do estado psicológico em que se encontravam até aí, continuavam as pressões: ameaças por telefone a qualquer hora do dia e da noite; intimações para comparecer aos quartéis, ora do Exército, ora da Polícia militar e por telefone e semanalmente, comparecer à Delegacia da Polícia Federal; ordens por telefone para um encontro com um Doutor Bonzinho- o “Dr Nelson,” se não lhe falhe a memória, em um ponto determinado da cidade, no dia e na hora estabelecidos, sem que ninguém soubesse; castigo imposto sob terríveis ameaças: ficar sozinha na Escola Pequeno Príncipe, sua escola, durante o mês de férias coletivas – julho de 1974, diariamente, de 13 às 17 horas, sem comunicar aos seus familiares e lá, aguardar um suposto telefonema “de muita importância para mim” evitar maiores sofrimentos para minha família e para mim. para mim”. Muito constrangida e revoltada cumpri à risca o desafio imposto, tudo fazendo para evitar maiores sofrimentos para minha família e para mim.

As pessoas, de um modo geral, estavam assustadas temerosas, com muito medo da repressão sentia-se só, naufraga num mar revolto. Precisou, então, reunir todas as forças para lutar, para não sucumbir, para espantar o fantasma do MEDO. E conseguiu, pois encontrou ancoradouro no coração das crianças;

”Alguns dias depois de regressar do seqüestro, já estava com muito empenho, ensaiando a quadrilha para a festa junina da Escola que hoje ainda existe, pequenina mais ousada e destemida, segura de seus propósitos e confiante nos seus ensinamentos, desenvolvendo um belo trabalho educacional com crianças de dois a dez anos e com professores que tem o curso superior de magistério.²¹

Foram grandes e incalculáveis os danos morais e psicológicos e os prejuízos financeiros que esses lamentáveis fatos lhe causaram, os quais repercutem até hoje em sua vida pessoal e profissional. Quando se é perguntado se valeu a pena, responde que sim.

“O país está redemocratizado, mas temos que continuar vigilantes para fortalecer a democracia e afirma continuar com os mesmos princípios, praticando-os no seu dia a dia.

Esse relatório me foi entregue pela própria Maura Pires Ramos quando a entrevistei em sua residência.

ESTUDANTES PARAIBANAS PRESAS NO CONGRESSO DA UNE EM IBIUNA - 1968



CACILDA FILOMENA DE CASTRO.



GERUSA JENNES ROSAS.



MARIA DE FÁTIMA MENDES



MARIA DO SOCORRO PESSOA.



MARIA DO SOCORRO MORAES.



MARIA NAZARETH COELHO.



MAURA PIRES RAMOS.



LEDA REJANE PEREIRA DO AMARAL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desse artigo a conclusão que chego é que muitas mulheres paraibanas, como também as campinenses nas décadas de sessenta até início de oitenta desempenharam um papel significativo nesse período da história política do Brasil (ditadura militar), resistindo a ditadura e lutando pelo seu fim. Seja no campo ou na cidade mulheres: camponesas, estudantes, professoras, religiosas ou simplesmente dona de casa lutaram por uma sociedade mais justa, mais igualitária, para que todos tivessem direitos básicos para a sua vida, lutaram também pela volta da democracia no país dizendo não ao sistema arbitrário e autoritário vigente.

Vimos que algumas mulheres assim como os homens na ditadura militar foram presas, torturadas, exiladas e até assassinadas, porém as mulheres militantes tiveram mais uma questão para enfrentar o preconceito, pois para os militares elas encarnavam dois papéis transgressores: o de agentes políticos, de se inserir contra o regime e o de romper com os padrões tradicionais destinados a mulher, as seqüelas deixadas pelas atrocidades cometidas contra algumas delas, como foi observada nas memórias de Maura Pires foram muitas e irreparáveis, com isso famílias foram separadas, por conta de exílios e prisões, vidas foram

ceifadas causando danos insuperáveis as suas famílias, além dos prejuízos materiais para elas e também seus familiares.

E a pergunta que se faz é: valeu à pena? Os objetivos foram alcançados? Muitos podem dizer que não, porém cabe a nós esclarecer a geração atual e as futuras que as mulheres que fizeram parte desse conflito lutavam por um bem comum a todos, pois o que elas queriam basicamente era: o fim das injustiças sociais e a redemocratização do Brasil, o direito do povo de pensar, de expor suas opiniões, de serem livres podendo assim exercer o direito de cidadania restando também a satisfação do dever cumprido.

É importante que, as pessoas através de artigos como esse conheçam esse fato significante da nossa história e valorizem cada vez mais a democracia existente no país e a façam valer para que não tenha sido em vão a luta dessas mulheres campinenses. Que os jovens não deixem de ir em busca de seus ideais e façam valer as conquistas pelas quais mulheres e homens dessa geração lutaram.

Que nas escolas desde cedo seja ensinado o valor da democracia e o respeito à liberdade, que esse fato obscuro da nossa história seja divulgado as crianças e jovens do nosso país, para que saibam que durante vinte e um anos o Brasil esteve mergulhado numa ditadura e que muitos brasileiros e brasileiras tiveram seus direitos cassados e violados e disseram não a um regime opressor e arbitrário.

ABSTRACT

The aim of this paper is to investigate the actions of some women in the fight against dictatorship civil - military in Brazil, specifically in Paraíba and in the city of Campina Grande. A period in which the female role in the political field was very restricted, analyze women's participation in the fight against the military dictatorship could prove to be a working rather hard, especially with regard to Paraíba and Campina Grande, noting that existing society at the time was very patriarchal and conservative and feminine attributes were restricted basically to household chores, that is, marrying and having children. But what I found is that women's participation in the fight against this dictatorial regime was not as unimportant as can assume and what became evident is that many of them were part of the armed struggle but in particular Paraíba as Campina Grande to women's participation was significant. Was reported as being a woman and militant in Paraíba and specifically in Campina Grande. What they did, how they lived and what they thought of the moment when Brazil was. When reading such a study many can do the following question: what are the reasons for such women to be part of this movement? What moved? These women were fighting against a government, dictator and arbitrary, they wanted the country's democratization and others simply aspired improvements to their relatives, companions and fellow worker with the utopia of an egalitarian society.

Key - words: Military Dictatorship - Women - Paraíba - Campina Grande

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Luís Maklouf. **MULHERES que foram à luta armada**. São Paulo: editora Globo, 1998.


DANTAS Èder e Colaboradores **Golpe Cívil Militar e Ditadura Paraíba: História, Memória e Construção da Cidadania**. João Pessoa: editora UFPB, 2014.

AGUIAR, Joabe Barbosa “**Cassar e caçar**” o golpe civil- militar de 1964 em Campina Grande. Revista Paraibana de História, ano I, n. 1, pág. 56- 70 2º semestre de 2014. ANPUH – PB

DA ROSA, Susel Oliveira. **Mulheres Versus Ditadura, Latifúndio e Misoginia na Paraíba** Stud sociol Araraquara v.20, n.3 pag. 309- 324 jul.- dez. 2015

QUEIROZ Keila e Silva e autores **Imagens Multifacetadas de Campina Grande**, Prefeitura Municipal de Campina Grande, Secretaria de Educação, 2003.

Documentários:

MARIS, Stela, **Memórias de um Exílio**. Publicado em 13 de abril de 2012 Oficial  <https://youtube/SHX> Vídeo Teaser www.youtube.com

AZEVEDO, Maria Thereza, **Memórias Clandestinas**. Publicado em 1º de março de 2014  <https://youtube/jowv> www.youtube.com

A MARGEM Canal do Jornal MARGARIDA MARIA ALVES – **Trecho do Filme Uma questão de terra**, 11 de agosto de 2011  <https://youtube/Quom> www.youtube.com

COUTINHO Eduardo **A Família de Elizabeth Teixeira 2014**   <https://youtube,be/Tond> www.youtube.com

COUTINHO Eduardo **Cabra Mercado para Morrer – 1984** <https://youtu.be/VJ0rKjLIR0c> www.Youtube.com

Relatórios:

Relatório com pedido de anistia política, enviado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, conforme dispõe o inciso II do Art. I da medida provisória 2.151, de 31 de maio de 2001 por se enquadrar na situação definida no inciso II do Art. 2º da referida Medida Provisória.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. Presidente da Comissão. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade – Governo da Paraíba**, instalada em 11 de março de 2012